

# Temas relevantes da agenda federativa

Fevereiro de 2014

# Agenda federativa

**Fevereiro 2014**

Relatório produzido nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2011), firmado em 2011.

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).

Pesquisador responsável: Antonio Lassance.

[antonio.lassance@ipea.gov.br](mailto:antonio.lassance@ipea.gov.br)

Colaboraram para este relatório (no levantamento das informações de calendário) Daniela Rabello Nogueira e Leonardo Meira Reis (pesquisadores do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, do IPEA), e Crislaine do Nascimento (da Sub-Chefia de Assuntos Federativos da SRI).

As opiniões expressas neste documento não representam opiniões do IPEA ou da SRI.

# Agenda federativa

**Fevereiro 2014**

## Análise

O mês de fevereiro marca o fim do recesso do Congresso Nacional e do Judiciário, com a retomada plena das atividades desses Poderes.

No Congresso, o ano começa com 14 medidas provisórias e quatro projetos de lei trancando a pauta de votações. Há também vetos presidenciais a serem apreciados.

A questão federativa mais polêmica diz respeito à apreciação do veto integral da presidenta Dilma Rousseff ao Projeto de Lei Complementar 416/08, que regulamentaria a criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios.

Outro ponto importante é a discussão dos novos indexadores para reduzir dívida de estados e municípios (PLC 99/2013). De iniciativa do Poder Executivo, o projeto substitui o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com isso, reduziria os juros dos atuais 6% a 9% ao ano para 4% ao ano. A matéria foi aprovada em sessão conjunta pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Outros vetos se referem também a projetos com interface federativa, como o PL 7639/10, que regulamenta o funcionamento de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices). O veto foi justificado, entre outras razões, para evitar entraves à criação de novas instituições públicas de educação superior, o que poderia prejudicar a expansão da rede universitária. Há também o veto ao PL 4268/08, que criou obrigações sobre a sinalização de faixas de pedestres próximas a escolas públicas e privadas situadas em área urbana.

# Agenda federativa

**Fevereiro 2014**

Uma questão sensível para o mês é a possibilidade de novos reajustes tarifários do transporte coletivo urbano. As situações mais críticas, até o momento, são as do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O Rio tem previsão de elevar suas tarifas no dia 8 de fevereiro. Antes disso (dia 6), manifestantes pretendem se mobilizar contra o aumento. Porto Alegre também manifestou interesse em promover reajustes e ao mesmo enfrenta greve dos trabalhadores rodoviários.

Outras capitais, como São Paulo e Salvador, declararam que não irão realizar aumentos este ano. Na maioria das capitais, a decisão foi postergada.

Em Belo Horizonte, a passagem sofreu redução em 2013, mas têm havido manifestações em favor de nova redução. Em Curitiba, há decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para que as passagens sejam reduzidas.

O cenário suscita a retomada das propostas em discussão no Congresso sobre a desoneração de impostos do transporte coletivo rodoviário e ferroviário urbano. No Senado, tramita a proposta de Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Reitup), justamente com esse objetivo.

Um quadro mais claro sobre outras questões que podem influir na gestão de políticas públicas com interface federativa será dado a partir do decreto de programação orçamentária (a ser editado até 20/2). Neste ano começam a valer as normas do chamado "orçamento impositivo", o que demandará uma readequação dos procedimentos de execução orçamentária dos ministérios<sup>1</sup>.

A questão da segurança pública, tema sensível, mas não abrangido pelos cinco pactos lançados em 2013 pelo Governo Federal, teve a ocorrência de uma

---

<sup>1</sup> Previsto pelo art. 52 da Lei de Diretrizes Orçamentárias ([Lei n.º 12.919, de 24 dezembro de 2013](#)).

# Agenda federativa

**Fevereiro 2014**

seqüência de episódios recentes<sup>2</sup> que evidenciaram tanto problemas de gestão como a necessidade de reformas. O Congresso tem, sob sua análise, a questão da PEC 300 (que estabelece o piso nacional para os profissionais da segurança pública), sem muitas possibilidades de acordo e com forte poder de veto dos governadores.

---

<sup>2</sup> No Maranhão, a crise do sistema prisional, emblemática pelas rebeliões sucessivas principalmente no Presídio de Pedrinhas; em São Paulo, protestos de rua e queima de ônibus; no Rio de Janeiro, ataques de facções do crime organizado a Unidades de Polícia Pacificadora; no Distrito Federal, a Operação "Tartaruga" desencadeada pela associação que reúne cabos e soldados.

# Agenda federativa

**Fevereiro 2014**

## Calendário federativo

### **2** de fevereiro

- Eleição para a prefeitura do Município de Santa Maria (PA).

### **3** de fevereiro

- Congresso e Judiciário retornam do recesso.
- Prazo para os governos dos estados e do Distrito Federal convocarem suas respectivas etapas da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (2ª CNPDC). O prazo foi determinado pelo Regimento Interno da conferência. Até esta data, as conferências estaduais devem ser previstas de ocorrer entre o período de 20 de março a 20 de abril. A Conferência Nacional será realizada em Brasília de 27 a 30 de maio de 2014.

### **4** de fevereiro

- O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) promovem o Seminário internacional sobre programas de aquisição de alimentos, no Ano Internacional da Agricultura Familiar, em Brasília (DF). O evento analisará os dez anos de existência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das principais ações de compras institucionais da agricultura familiar brasileira, criada pelo Governo Federal;
- Indicativo de greve dos trabalhadores portuários ligados à Federação Nacional dos Portuários.

# Agenda federativa

**Fevereiro 2014**

## **6** de fevereiro

- Prazo final para o INCRA cadastrar os moradores não índios da Terra Indígena Awá-Guajá, no Noroeste do Maranhão, visando à desintrusão da terra indígena. A Justiça Federal do Maranhão confirmou o prazo para a saída voluntária dos ocupantes da terra indígena, 40 dias a contar do recebimento da notificação (23 de fevereiro);
- A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) promove, nos dias 6 e 7 de fevereiro, Assembleia Geral de Verão com gestores municipais do Estado. Com o tema "Chegou a hora de um novo pacto federativo", o evento visa a debater as estratégias municipalistas para 2014. O encontro será realizado em Tramandaí (RS).

## **8** de fevereiro

- Previsão de aumento do valor das tarifas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Há protestos convocados para dois dias antes (6).

## **10** de fevereiro

- Programa "Cultura nas Escolas" divulga segunda lista com instituições contempladas p/ receber recursos para teatro, música, dança, artes visuais, cultura indígena e afro-brasileira, entre outras modalidades.

## **11** de fevereiro

- Encontro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), em São Paulo (SP) nos dias 11 e 12 de fevereiro;
- XII Congresso Catarinense de Municípios, Centro de Convenções (CentroSul) em Florianópolis (SC), nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro;

# Agenda federativa

**Fevereiro 2014**

- II Mobilização Estadual de Prefeitos de Santa Catarina, no Centro de Convenções (CentroSul), em Florianópolis (SC).

## **18** de fevereiro

- Indicativo de votação dos vetos presidenciais (entre eles, ao que PLC sobre criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios)

## **20** de fevereiro

- Encontro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), em Macapá (AP) nos dias 20 e 21 de fevereiro.
- Seminário "Gestão de Desastres em países federais" – Fórum das Federações (Melbourne/Austrália, 20 e 21).
- Prazo limite para a edição do decreto de programação orçamentária para 2014.

## **23** de fevereiro

- FNDE promove capacitação online de agentes municipais para prestação de contas online (Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC).
- Data inicialmente prevista para a saída da Força Nacional de Segurança Pública dos presídios do Maranhão. A tropa federal presta apoio ao sistema de segurança estadual para buscar controlar rebeliões do sistema penitenciário.

## **26** de fevereiro

- Reunião Prefeitos G100 no BNDES, para apresentação do PMAT Simplificado e outras ações do banco. O projeto tem a cooperação da Frente Nacional de Prefeitos e da União Europeia (a reunião acontece no Rio de Janeiro/RJ). O chamado G100 reúne os 100 municípios com mais de 80 mil habitantes, com as mais menores receitas correntes per capita e os maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica do país.

# Agenda federativa

**Fevereiro 2014**

O grupo é utilizado como uma referência para políticas públicas, a partir de índice desenvolvido pela Frente Nacional de Prefeitos.

## **28** de fevereiro

- Prazo final para adesão de prefeituras ao Programa Prefeito Amigo da Criança. Promovida pela Fundação Abrinq. Atualmente, o programa conta com a participação de 1.400 prefeitos;
- Prazo para os conselhos municipais e estaduais de assistência social analisarem e validarem as prestações de contas dos recursos federais destinados à assistência social referentes ao ano de 2012.

# Agenda federativa

**Fevereiro 2014**

## Ao longo do mês

Na Câmara dos Deputados, segue em discussão a proposta de novo Código de Mineração (PL 5807/13), já aprovada no Senado, e PL nº 6.565-C, DE 2013 (do Poder Executivo, em discussão em turno único), que concede porte de arma funcional aos integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais.

Também em discussão a proposta de alteração na Lei de Licitações e de novo marco legal das ONGs. Ambas tiveram sua tramitação encerrada no Senado e tramitam agora na Câmara dos Deputados.

Permanece em suspenso, mas com possibilidade de ser apreciada pelo Congresso, a PEC que estabelece o piso nacional para os agentes comunitários de saúde. Com menor possibilidade de ser analisada está a PEC que trata da demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000 e revisão do decreto 1.775/1996).